



HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA DITADURA MILITAR (1964-1985): O PROJETO DO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO (MOBRAL)

Danielly Cardoso da Silva [*]; Diane Valdez [**]

Este artigo objetiva problematizar a história da educação durante a ditadura militar (1964-1985), com recorte no projeto de alfabetização de pessoas adultas do Movimento Brasileiro de Alfabetização, mais conhecido como Mobral (1967-1985). Apresentamos um debate com elementos que cotejam as propostas do Estado militar para a educação pública brasileira em diferentes modalidades de ensino, enfatizando o plano de alfabetização do Mobral. Para tanto, recorreremos a produções que contemplam temas de alfabetização e controle (Pederiva, 2015); militarização (Brigagão, 1985); controle na educação (Carrano, 2024); golpe na educação (Cunha e Góes, 1991); educação no Estado militar (Germano, 2011); educação de jovens e adultos (Monteiro, 2014), entre outros. Recorreremos a impressos e documentos oficiais do projeto, fontes que apontam a desmobilização da proposta democrática de educação popular e de controle do ensino por parte das forças armadas, possibilitando a criação de políticas educacionais do projeto em questão. As ações do Mobral foram marcadas por imprecisões, já que o processo de alfabetização não era um direito, mas sim uma exigência cívica e uma benevolência do Estado; propunha a integração do analfabeto à força de trabalho; mantinha um caráter economicista, tecnicista, individual e instrumental; delegava o encargo para parcerias de iniciativa privada e voluntariado; investia na escolarização acelerada e funcional; impunha princípios de obediência a ordem ditatorial e conservava uma estrutura de alto custo, de muita publicidade e de pouca eficiência.

Palavras-chave: História da Educação; Ditadura Militar; Movimento Brasileiro de Alfabetização; Mobral.

HISTORY OF EDUCATION DURING THE MILITARY DICTATORSHIP (1964-1985): THE BRAZILIAN LITERACY MOVEMENT (MOBRAL) PROJECT

ABSTRACT

This article aims to problematise the history of education during the military dictatorship (1964-1985), focusing on the adult literacy project of the Brazilian Literacy Movement, better known as Mobral (1967-1985). We present a debate with elements that compare the military state's proposals for Brazilian public education in different teaching modalities, emphasising Mobral's literacy plan. To this end, we draw on works that cover the themes of literacy and control (Pederiva, 2015); militarisation (Brigagão, 1985); control in education (Carrano, 2024); coup in education (Cunha and Góes, 1991); education in the military state (Germano, 2011); youth and adult education (Monteiro, 2014), among others. We used the project's official forms and documents, sources that point to the demobilisation of the democratic

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1, p. 1-27, e-rte331202463, 2024.



proposal for popular education and the control of teaching by the armed forces, enabling the creation of educational policies for the project in question. Mobral's actions were marked by inaccuracies, since the literacy process was not a right, but a civic requirement and a benevolence of the state; it proposed the integration of the illiterate into the workforce; it maintained an economic, technical, individual and instrumental character; it delegated the task to private initiative and voluntary partnerships; it invested in accelerated and functional schooling; it imposed principles of obedience to the dictatorial order and maintained a high-cost structure, with a lot of publicity and little efficiency.

Keywords: History of Education; Military Dictatorship; Brazilian Literacy Movement; Mobral.

HISTORIA DE LA EDUCACIÓN DURANTE LA DICTADURA MILITAR (1964-1985): EL PROYECTO DEL MOVIMIENTO BRASILEÑO DE ALFABETIZACIÓN (MOBRAL)

RESUMEN

Este artículo pretende problematizar la historia de la educación durante la dictadura militar (1964-1985), centrándose en el proyecto de alfabetización de adultos del Movimiento Brasileño de Alfabetización, más conocido como Mobral (1967-1985). Presentamos un debate con elementos que comparan las propuestas del Estado militar para la educación pública brasileña en diferentes modalidades de enseñanza, haciendo hincapié en el plan de alfabetización del Mobral. Para ello, nos basamos en trabajos que abarcan los temas de alfabetización y control (Pederiva, 2015); militarización (Brigagão, 1985); control en la educación (Carrano, 2024); golpe en la educación (Cunha y Góes, 1991); educación en el Estado militar (Germano, 2011); educación de jóvenes y adultos (Monteiro, 2014), entre otros. Utilizamos los formularios y documentos oficiales del proyecto, fuentes que apuntan a la desmovilización de la propuesta democrática de educación popular y al control de la enseñanza por las fuerzas armadas, posibilitando la creación de políticas educativas para el proyecto en cuestión. Las acciones de Mobral estuvieron marcadas por imprecisiones, ya que el proceso de alfabetización no era un derecho, sino una exigencia cívica y una benevolencia del Estado; proponía la integración de los analfabetos a la fuerza de trabajo; mantenía un carácter económico, técnico, individual e instrumental; delegaba la tarea a la iniciativa privada y a las asociaciones voluntarias; invertía en la escolarización acelerada y funcional; imponía principios de obediencia al orden dictatorial y mantenía una estructura de alto costo, con mucha publicidad y poca eficiencia.

Palabras clave: Historia de la Educación; Dictadura Militar; Movimiento Brasileño de Alfabetización; Mobral.



INTRODUÇÃO

Ao completar sessenta anos da imposição do golpe militar de março de 1964, apresentamos este artigo que versa sobre a história da educação durante a ditadura militar, ressaltando a criação e execução do projeto Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), ação educacional de alfabetização de adolescentes e pessoas adultas, criada pela ditadura militar no ano de 1967, que se estendeu até 1985, quando a democracia se instalou no país. Trata-se de uma escrita que objetiva analisar um recorte da história da educação desse período, focando na fundação, objetivos, críticas e defesas dessa proposta governamental que, sob o escudo da segurança nacional, exigia um mecanismo de alto custo, de muita propaganda e pouca eficiência.

Ainda que o foco seja a política do Mobral, optamos, na primeira parte, por apresentar uma breve trajetória do golpe militar para, em seguida, esquematizar algumas características das políticas para a educação pública durante o período, focando em modalidades, projetos, mudanças e outras ações projetadas pelo Estado militarizado. Em seguida, problematizamos a criação do Mobral dando voz para autorias que pesquisam o tema, assim como para representantes da ditadura militar em suas campanhas, que propagavam e defendiam a proposta, responsabilizando a sociedade civil a atuar em favor da “erradicação” do analfabetismo.

Esperamos, com este artigo, contribuir com o debate sobre a história da educação no período, apontando as complexidades do sistema educacional, sem perder de vista análises críticas que caracterizaram um poder autoritário e coercitivo, controlado por militares. O analfabetismo é uma realidade na história da educação brasileira. Ao promover ou propor a alfabetização funcional de adolescentes e pessoas adultas, a ditadura estabeleceu um projeto autoritário de educação, sob a égide do Estado de segurança nacional que reprimia e tentava controlar a educação.



TEMPOS DE REPRESSÃO: A EDUCAÇÃO PÚBLICA NO ESTADO MILITARIZADO

Neste artigo, como já anunciado, nosso foco é destacar e problematizar a política educacional do Mobral. No entanto, propomos, ainda que rapidamente, dialogar a respeito da relação do Estado militar com ênfase na educação pública na sociedade brasileira. O golpe de 1964 não aconteceu de forma súbita e, tampouco, foi a primeira intervenção autoritária que afligiu o país. O Brasil dos anos sessenta atravessava crises em aspectos políticos, sociais e econômicos. Antecedendo o golpe, grupos de governadores, movimentos sociais com base popular, classe operária, camponesa e estudantil promoviam mudanças importantes no país. Para os grupos contrários a esse fluxo, era preciso cessar os avanços sociais e impor uma lógica de controle na sociedade.

O golpe de Estado de 1964, de acordo com José Willington Germano (2011), encerrou o ciclo de governos nomeados de populistas. Trata-se de um projeto que não se limitou ao exercício e controle das forças armadas, uniu distintos segmentos, como o empresariado, a burguesia, os latifundiários, os intelectuais, o clero e outros grupos descontentes com a ordem social popular que tomava o país. O grupo que tomou o poder tinha a responsabilidade de manter a ordem sob o prisma da segurança nacional, enfrentando velhos temas que foram retomados com outras roupagens e características de uma sociedade fechada.

De acordo com Rodrigo Pato Sá Motta (2014, p. 09), o Estado autoritário sustentava-se em elementos ambíguos. Por um lado, apresentava discurso de progresso e modernização, por outro, demonstrava um caráter conservador, assinalado, sobretudo, por “[...] processos de mudança contraditórios, em que o novo negocia com o velho, que mantém vigor, e atualizam certos traços do passado”. Para Marcos Napolitano (2016), os militares inauguraram um novo modelo de golpe e de poder político: a gestão nacional que, pautada no discurso da



modernização, não contemplou anseios sociais como a redistribuição de renda, a reforma agrária ou a ampliação dos direitos democráticos.

O acordo de grupos conservadores em barrar a agenda reformista, reafirmando outro modelo político e ideológico de sociedade e de Estado, foi justificado pela ideia de preceder a tomada de poder pela esquerda comunista. Trata-se de um discurso alicerçado sob a tutela das Forças Armadas, com promessas de promover a modernidade, o progresso e o milagre econômico, em que diversos setores, sobretudo a mídia, contribuíram com a disseminação da ideia de que o comunismo tomaria o país, colocando em risco a democracia e a defesa dos valores cristãos.

Militares, ao tomarem o controle de diversas áreas da sociedade civil, segundo Clóvis Brigagão (1985), ocuparam ministérios, universidades, escolas e outros espaços, demonstrando, na logística estratégica, formas de gestão, métodos e decisões. Desse modo, todos os cargos de centralidade política eram firmados a partir da nomeação de pessoas comprometidas com a lógica do golpe. Consolidada a perseguição política nas esferas de líderes sindicais, parlamentares, militantes da esquerda, avançou a fúria contra artistas, estudantes, docentes, intelectuais e pessoas de outros segmentos de oposição. Sobre isso, Napolitano (2016, p. 127) afirmou que: “Via de regra, as repressões a revoltas armadas no Brasil eram ferozes com os de baixo e moderadas com os de cima. A prisão e o exílio eram reservados às lideranças rebeldes vindas da elite ou das classes médias superiores”.

No campo educacional o movimento de ênfase na educação redentora forjou um intenso discurso de entusiasmo pela educação, semelhante ao início do período republicano. Nessa lógica, cada cidadão seria responsável pelo seu próprio sucesso e, conseqüentemente, pelo sucesso da nação. Seguindo a tentativa de deter o comunismo internacional, a educação, não diferente de outros segmentos, recebeu aportes dos Estados Unidos da América, por meio de acordos que, segundo Luiz A. Cunha e Moacir de Góes (1991, p. 33), “Cobriram todo o espectro



da educação nacional, isto é, o ensino primário, médio e superior, a articulação entre os diversos níveis, o treinamento de professores e a produção e veiculação de livros didáticos.”

Fazer uma síntese do contexto educacional neste período é arriscado, no entanto, como professoras da área, reconhecemos uma lacuna com apontamentos gerais para abordar questões específicas. Sob o argumento de Cunha e Góes (1991), de que todas as modalidades de ensino foram afetadas pelo golpe, recortamos parte de políticas educacionais, como modalidades, segmentos, características, na tentativa de elaborar uma síntese simples, mas não simplista. A súmula foi baseada em estudos que investigaram confrontos do Estado militar na educação pública como as produções de Coelho (2007); Pederiva (2015); Napolitano (2016); Brigagão (1985); Motta (2014); Paiva (2003); Cunha e Góes (1991); Germano (2011); Monteiro (2014); Gomes (2012); Martins (2014); Silva (2019) e outras referências.

Quadro 1 – Caracterização de políticas educacionais durante a ditadura militar (1964-1985)

Modalidades e segmentos	Características
Política de educação de 1º e 2º graus*	Aumento significativo de matrículas; Queda na qualidade de ensino; Precarização da escola pública/expansão do ensino privado; Defesa da ideologia da segurança nacional; Validação do golpe por meio de festividades cívicas; Modelo militar: filas, uniformes, higienização e controle; Mobral: perspectiva de "milagre educacional"; Controle de disciplinas e gerenciamento do currículo; Ensino acelerado: cursos e exames supletivos;
Recursos	Expansão descontrolada sem recursos; Desobrigação de investimento mínimo do poder público; Construção de prédios escolares precários; Privatização e lucro subsidiado pelo Estado;

* De acordo com Eurize C. Pessanha, Wanderlice S. Assis e Stella S. de O. Silva (2017), ao longo da história da educação brasileira foram utilizados diferentes termos com sentidos diferentes em cada momento histórico, para designar os níveis da educação básica, muitos, frequentemente, usados como sinônimos. Nesse caso, o ensino de 1º e 2º graus se refere aos anos iniciais e finais do ensino fundamental na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), do 1º ao 9º ano.



	Desqualificação do ensino público; Enfraquecimento oficial [legislação] de financiamento e gastos; Incentivos fiscais para empresas com projetos educacionais; Institucionalização de fundações privadas por prefeituras; Duplo sistema de bolsas de crédito educativo; Imposição de favoritismo nas licitações gerando corrupção.
Profissionais da educação	Formação aligeirada por meio de cursos de licenciaturas curtas; Fragilização das condições de trabalho; Profissionalização em conexão com a teoria do capital humano; Formação de mão de obra rápida para o trabalho;
Dualismo educacional**	Visível em todas as modalidades de ensino; Escola pública destinada a classe pobre; Favorecimento do ensino privado para as elites; Ensino superior para ricos.
Ensino superior	Reformas curriculares de cursos de licenciaturas; Investimento em instituições privadas confessionais; Consolidação de grupos privados na área educacional; Projetos de extensão universitária que reforçavam o controle político-ideológico das forças armadas; Profissionalização na teoria do capital humano; Conformação da lógica mercadológica de ensino privado; Propagação da qualidade pelo pagamento, impedindo o ensino de massa; Intervenções militares constantes em instituições federais; Imposição, por nomeação, de reitores/as pró-tempore; Invasão de campus, perseguição, prisão e demissão de docentes; Aposentadoria compulsória de docentes da oposição; Produção de pesquisa vinculada à acumulação de capital.
Currículos	Disciplinas de caráter moralizador e culto à pátria; Ações sob cunho nacionalista de valores da ditadura; Escolarização centrada no trabalho de exigências internacionais; Exclusão e vulgarização de disciplinas de Ciências Humanas; Vigilância e censura de livros didáticos; Disciplinas obrigatórias da ideologia militar de viés autoritário.
Movimento estudantil	Repressão e perseguição ao movimento estudantil; Ilegalidade de diretórios que atuaram na clandestinidade;

** José Carlos Libâneo (2012) definiu o dualismo educacional brasileiro como uma proposta que reforça e reproduz características da desigualdade social e econômica da sociedade que se faz presente na escola, manifesta pela constituição de uma escola do conhecimento para os ricos e outra para os pobres, voltada para o acolhimento das demandas social.



	Representações cívicas sem autonomia e sob a tutela do Estado; Perseguição, censura, prisão e tortura de estudantes;
Outros	Doutrina da ideologia cristã contrapondo ao pensamento crítico; Propaganda para divulgar projetos educacionais tecnicista; Regulamentação do ensino à distância; Controle político/ideológico nas modalidades de ensino; Acordo MEC-Usaid***: ampliação do ensino comercializado.

Fonte: Quadro elaborado por Valdez e Silva [2024].

Em um Estado autoritário não é novidade o estabelecimento da relação de vigilância e de controle do sistema educacional público, pois, como afirmou Paulo Carrano (2018, s.p.), “Toda ditadura quer controlar o campo educacional, porque é nele que há liberdade para pensar, construir pensamentos alternativos e novos caminhos para a sociedade.” O quadro inserido acima aponta a imposição da ideologia tecnocrática na educação em diferentes modalidades, a concepção pedagógica autoritária produtivista, com foco na relação entre educação e mundo do trabalho.

O tema da educação no período ditatorial é complexo, extenso e cada item propõe distintas pesquisas, algo possível de se verificar quando se faz uma revisão bibliográfica sobre a temática. Os recortes são necessários, pois as especificidades exigem um tratamento não homogêneo das ações educacionais inseridas em uma proposta de sociedade silenciada, escancarando o campo para a precarização do ensino, persecução e controle, fazendo da educação um campo de lucro e de construção do dualismo educacional, o qual sentimos ainda hoje na sociedade brasileira.

Diante das anotações, percebemos a extensão da tentativa de controle na educação pós golpe militar, no entanto, ao nos aproximarmos das pesquisas, é possível notar que as forças

*** Série de acordos produzidos nos anos 1960, entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID), que visavam estabelecer convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira. Ver mais em HISTEDBR. MEC-USAID. Navegando na história da educação brasileira. Glossário.



militares, associadas à igreja, empresariado e outros grupos conservadores, não conseguiram sustentar mando total e completo da educação. Sob riscos de um Estado violento, as forças de oposição cresceram em movimentos de resistências dentro e fora do sistema educacional. Grupos de estudantes, de docentes, de universitários e secundaristas, foram para as ruas defender a democracia.

É impossível analisarmos todos os itens anotados no quadro, entretanto, vale assinalar que o mote da ameaça comunista seguia firme no aparelho militar, impulsionado pelo civismo e preleção protecionista da pátria. De acordo com Maria do Carmo Martins (2014, p. 04), o cotidiano da educação escolar, em diferentes modalidades, foi alvo de vigilância e controle da ditadura militar em dois formatos de ação:

[...] a repressão, vinculada aos movimentos e às manifestações estudantis, e o disciplinamento, associado à reforma da educação básica, com a reformulação curricular do ensino e a criação de disciplinas da área das humanidades que propõem a moralização dos costumes e a uma nova ordem interpretativa para a realidade nacional.

Segundo Germano (2011, p. 105), o discurso de promover a ideologia da segurança nacional induziu o Estado a atuar na área da educação de forma coerente, revestindo o poder público “[...] de um anticomunismo exacerbado e de um anti-intelectualismo que conduzia à misologia, ou seja, à negação da razão.” Na expectativa do Estado militarizado as propostas educativas confirmavam a manutenção do poder e evitava qualquer ideia contrária à ditadura militar. Para isso, Cunha e Góes (1991, p. 36) ressaltaram que a repressão foi a primeira medida instituída após o golpe, uma simples acusação “[...] de que uma pessoa, um programa educativo ou um livro, tivesse inspiração "comunista" era suficiente para demissão, suspensão ou apreensão”.

Sob a ambiguidade do medo, em oposição à credibilidade, a perseguição política colocava sujeitos sob vigilância repressiva junto à constante propaganda que buscava confiabilidade de setores populares. Como defendeu, em entrevista, o professor Paulo Carrano **Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1, p. 1-27, e-rte331202463, 2024.**



(2018, s.p.): “Toda ditadura precisa reprimir a oposição e calar as vozes e, ao mesmo tempo, tentar manter uma aura de legitimidade e institucionalidade democrática para que ela não pareça tão dura quanto realmente é.”

“O ANALFABETO NÃO É APENAS DO GOVERNO, É DE TODA A COMUNIDADE”: O MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO (MOBRAL)

Lançado, publicamente, no dia 8 de setembro de 1970, um dia após a comemoração bélica da independência do Brasil, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) foi planejado bem antes desta data. Diante das experiências vivenciadas de educação popular voltadas para a população trabalhadora, no período que antecedeu o golpe de Estado, era preciso demonstrar comprometimento com a educação de pessoas adultas em uma proposta que confrontasse a formação democrática anterior.

Como já ressaltamos, no quadro do subitem anterior, a propaganda foi vital na divulgação de políticas impostas durante a ditadura militar. De acordo com Danielly C. Silva (2019, p. 127), as propagandas e reportagens publicitárias do Mobral, veiculadas na *Revista Veja* e em outros meios de comunicação, apresentavam um poder de sedução e de representação do real, que não retratavam a realidade do que acontecia no país: censura, prisões, perseguições, guerrilhas etc. A autora constatou que “A memória social construída sobre o Mobral é fruto do poder da propaganda aliada ao governo autoritário da ditadura”.

Sobre a divulgação do projeto, um dos anúncios que ocupavam espaços neste periódico propagou, em 1972, uma imagem de duas páginas, acompanhada do texto a seguir [Revista *Veja*, 1972, p.117]:

8 de setembro não é mais um dia comum, igual aos outros. Primeiro, porque nesta data se comemora o Dia Internacional da Alfabetização, nas principais nações do mundo. Segundo, porque **foi no dia 8 de setembro de 1970 que o Mobral começou a funcionar**. E se o Brasil conquistou o direito de participar dessas **Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1, p. 1-27, e-rte331202463, 2024.**



comemorações, é porque **you ajudou de alguma forma**. You ajudou pagando seu Imposto de Renda - do qual 1% a 2% foram para o Mobral. You ajudou ensinando alguém a ler e escrever. E até mesmo jogando na Loteria Esportiva -- pois 30% da renda líquida da L.E. também vão para o Mobral. Hoje, mais de 2 milhões de brasileiros já sabem ler e escrever. Por isso, 8 de setembro é uma data que você também deve comemorar. **Junto com o Mobral, junto com o Governo, junto com os brasileiros**. E junto com a Abril, que está muito feliz por também ter criado o material didático para o Mobral. E por ter ajudado para que, nesta data, a **Independência continue sendo comemorada**.

As propagandas reiteravam a negligência do Estado, que destinava à sociedade civil a culpa pelo problema do analfabetismo, atribuindo a ela responsabilidade pela sua solução. Como afirmou Silva (2019) ao propagar o projeto nas páginas da Revista Veja, o grupo Abril, uma das editoras responsável pelas publicações do Mobral, se beneficiava duplamente do papel social e comercial do periódico semanal. Ao se posicionar em defesa de uma educação nos moldes da ditadura, o grupo dirigido por Vitor Civitta se autopromovia como uma empresa “responsável” pela nação, e se beneficiava dos acordos financeiros para veicular as propagandas e vender suas publicações.

Vale ressaltar que, historicamente, o acesso à educação escolar era prioridade da elite, antes do golpe de 1964. Na presidência de João Goulart, o sistema educacional passou por reestruturação que priorizou sobretudo, a educação popular, voltada para classes sociais excluídas, projeto que foi travancado pelos militares. A prisão e exílio de Paulo Freire, assim que o golpe foi instituído, aponta o quanto a proposta de alfabetização de adultos, em uma construção democrática e participativa, ameaçava os autores do golpe.

A educação para Freire (1979) é um ato político, no qual o educador expressa sua opção de classe e ajuda o oprimido a se libertar das condições opressoras do mundo, compreendendo a formação como um processo contínuo e inacabado. Segundo Vanilda Paiva (2003), a proposta de Paulo Freire tinha uma fundamentação teórica pedagogicamente ampla, visava para além da instrumentalização dos trabalhadores a conscientização destes por meio da cultura e da



participação democrática. Após o golpe em 1964, reprimiram-se todas as atividades em prol da conscientização popular via educação, as atividades voltadas à educação de adultos foram retomadas a partir de 1966, por pressão dos organismos internacionais.

Construído sobre um modelo de gestão de fundação, para conferir à instituição autonomia necessária de planejamento e execução de seus projetos, o Mobral foi criado pela Lei nº 5.379, em dezembro de 1967 (BRASIL, 1967a). O processo de construção de um modelo que confrontava com a proposta freiriana de alfabetização, algo que demandou tempo e investimento. Os objetivos do Mobral foram definidos no documento *Alfabetização: um projeto brasileiro* (Brasil, 1972, p. 08):

- **Erradicar** o analfabetismo;
- **Integrar** o alfabetizado na força de trabalho;
- Possibilitar ao alfabetizado educação continuada;
- **Oferecer** oportunidades para a promoção humana;
- Possibilitar treinamento para a preparação de mão de obra necessária, nos setores de trabalho;
- Incentivar o desenvolvimento comunitário.

A proposta integrava as peculiaridades educacionais apontadas no quadro que antecede este subitem, sobretudo, no que se refere ao processo de escolarização centrado no trabalho, em uma perspectiva de integração do analfabeto à força de trabalho. Quem não dominava o exercício da escrita e da leitura era considerado um ser improdutivo, desarticulado da sociedade, e o Mobral o integraria à força de trabalho promovendo-o enquanto ser humano, não por direito, mas sim por uma benevolência do Estado ditatorial, evidenciado no uso dos verbos “oferecer” e “integrar”, que indicam doar, abonar, unificar, o desígnio do verbo *erradicar* presumia o analfabetismo como doença, termo utilizado sob o sentido de extirpar pragas ou parasitas.

Ao associar o analfabetismo como impedimento da participação na economia do país, recorreremos aos dados do mesmo documento (BRASIL, 1972) que registrou, na ocasião do



lançamento da campanha, em 1970, que havia dezoito milhões de analfabetos no Brasil¹. Isso representava 33,6% da população, um número que confronta com a possibilidade de essas pessoas não estarem incluídas ativamente no mercado de trabalho. Sobretudo, se tratando da classe social pobre, grande maioria de analfabetos, que não sobreviveriam sem trabalho, ainda que fosse de forma precária. Em um texto sucinto a Lei incluía, em duas páginas, as atividades e o Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada, e instituía que as ações deveriam ser (1967a, p. 01):

Art. 2º Nos programas de **alfabetização funcional** e educação continuada de adolescentes e adultos, cooperarão as autoridades e órgãos civis e militares de todas as áreas administrativas, nos termos que forem **fixados em decreto**, bem como, **em caráter voluntário**, os estudantes de níveis universitário e secundário que possam fazê-lo sem prejuízo de sua própria formação

Segundo Claudia Lemos Vóvio (2014, s.p.), a expressão alfabetização funcional concebe a educação de pessoas adultas. “[...] diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita para fins específicos, para a realização de tarefas cotidianas, do âmbito profissional e da convivência comunitária”. A mesma autora ressaltou que nos anos setenta, Paulo Freire, em uma perspectiva humanista e crítica: “[...] reorientou os discursos sobre alfabetização, tomando-a como instrumento de conscientização, emancipação e socialização humana”, com críticas ao rumo economicista, individual e de caráter instrumental, atribuídas à alfabetização.

O artigo 7º, que dispõe acerca de recursos financeiros, previa a doação de interesse privado, de acordo com o documento *Mobral: sua origem e evolução* (BRASIL, 1973), as atividades deveriam ser desenvolvidas de forma descentralizada, sob orientação nacional e responsabilidade dos municípios:

¹ IBGE Censo Demográfico 1970. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=4&op=0&vcodigo=CD101&t=taxa-analfabetismo-pessoas-15-anos-mais>. Acesso 03 set. 2018.

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1, p. 1-27, e-rte331202463, 2024.



A orientação do Mobral é da ampla descentralização administrativa. A direção central pretende apenas agir dentro de princípios normativos, de fiscalização e de avaliação, delegando a execução ao nível municipal. O Município e o **esforço comunitário** são considerados como a célula principal a partir da qual se deverá erguer o Movimento de Alfabetização (BRASIL, 1973, p. 29, grifo nosso).

A descentralização proposta no projeto acordava a responsabilidade das ações aos municípios, o documento (BRASIL, 1973, p. 32), afirmava que “[...] o analfabeto não é apenas do governo, é de toda a comunidade”, argumentando:

- a) Ao Governo **não cabe a responsabilidade total** dos problemas nacionais.
- b) A **Comunidade** deve assumir a sua parcela de responsabilidade na solução dos problemas nacionais.
- c) À **iniciativa privada**, em qualquer dos seus ramos operacionais, como parte da Comunidade, cabe também uma **parcela nas soluções** dos mesmos problemas (BRASIL, 1972, p. 10, grifo nosso).

O Mobral era um projeto do Estado militar, porém não cabia a ele assumir esse projeto. Assim, de forma impositiva, delegava o encargo para a comunidade civil, parcerias de iniciativa privada, voluntariado, organizações estudantis, religiosas, empresariais, entre outros. Dava ênfase para as ações da iniciativa privada que, além de ceder espaço físico e mão de obra para organizar salas de aula, fornecia verbas para executar o projeto. As ações eram destinadas para dois grupos: 1. adolescentes e pessoas adultas até trinta anos de idade; 2. pessoas adultas acima dos trinta anos. A lei não estabelecia critérios de idade para adolescentes, os critérios de idade estavam previstos no Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada (BRASIL, 1967b, p.1, grifo nosso). Anexo a essa lei previa assistência financeira e técnica, para estimular a obrigatoriedade de ensino até a sexta série, na faixa etária de sete a quatorze anos em todo o país:

3. **Assistência educativa** imediata aos analfabetos que se situem na faixa etária **de 10 a 14 anos**, induzindo-os à matrícula em escolas primárias e proporcionando recursos para que as escolas promovam essa integração por meio de **classes especiais, em horários adequados**. A assistência financeira consistirá, em relação a cada educando matriculado e frequente, na **contribuição da metade do custo previsto** para a educação direta dos analfabetos adultos.



4. Promoção da **educação dos analfabetos de qualquer idade** ou condição, alcançáveis pelos **recursos audiovisuais**, em programas que assegurem aferição válida dos resultados. A **assistência financeira** consistirá, em relação a cada alfabetizando matriculado e frequente, na contribuição **de um terço do custo previsto** para a educação direta dos analfabetos adultos.

A imprecisão do Plano convertia a educação de crianças e adolescentes, consideradas analfabetas com idades entre dez e quatorze anos, em um projeto destinado ao público adulto². Determinava a inclusão de alunos em programas que assegurassem resultado e possibilidade de alfabetização, sem especificar o tipo de programa e tampouco a forma de verificação. Quanto ao tempo de duração dos cursos, há outros desencontros, pois previam-se nove meses para adolescentes acima de quinze anos, ainda que fosse determinado quatorze anos na assistência educativa.

Em um tempo de censura, durante o qual diferentes manifestações artísticas eram controladas, o Plano previa, não somente aulas presenciais, mas atividades com transmissão em rádios, televisão e centros munidos de livros, músicas, cinema, teatro e publicações diversas para a sociabilidade de alunos e alunas, que não dominavam a leitura e a escrita. Havia um projeto educacional de organização social em torno do Mobral, indo além do material didático, que era controlado ou justificado por uma grande produção de relatórios e documentos orientadores.

Esse aparato arregimentava a promoção do civismo, da pátria e do Estado militar de modo a manter as estruturas de organização da ditadura. Ao demonstrar preocupação em atender às demandas populares por educação, o Mobral, segundo Cunha e Góes (1991, p. 58), foi criado para “[...] livrar o país da "sujeira" do analfabetismo, como se a *falta* de conhecimento

² Sobre esta faixa etária, se contempla, posteriormente, nas classes de Mobral infantil. Sobre isso, ver mais em Alessandra Arce (2008): *Mobral e a educação de crianças menores de seis anos durante o regime militar: em defesa do trabalho voluntário* (Cadernos Cedes v. 28 n. 76, p. 379-403, set. /dez. 2008).



da leitura e da escrita fosse a *causa* dos males do nosso povo: a pobreza, a doença e até mesmo a opressão política”.

A alfabetização não era um direito, mas sim uma exigência cívica, um componente de esforço nacional que a classe trabalhadora não podia ignorar. Um dos idealizadores do projeto, Corrêa (1979, p. 17), definiu o Mobral como “um organismo vivo”, com aspectos biológicos e evolutivos e, ao se defender das críticas como as contradições do desenvolvimento do projeto, argumentou que o Movimento seria capaz de tudo, desde que a sociedade colaborasse (1979, p. 31): “[...] aquele trabalho dependia da mobilização da comunidade. Onde havia esse espírito solidário, a tarefa era facilitada. Onde não havia, a solução era criá-lo”.

Paiva (2003, p. 337) destacou que o Mobral, ideologicamente, se dispunha a conscientizar a população no sentido de promover o culto à pátria e consolidar hábitos e atitudes, de encontro com a ideia de protecionismo presente na lógica militar para mostrar às classes populares o interesse do governo pela educação do povo: “[...] devendo contribuir não apenas para o fortalecimento eleitoral do partido governista, mas também para neutralizar eventual apoio da população aos movimentos de contestação do regime, armados ou não”.

Embora Corrêa enfatizasse que as ações objetivavam, prioritariamente, atividades nos centros urbanos, percebe-se que o projeto cresceu e abrangeu locais onde até os Correios tinham dificuldades de atender, tal como apontam as pesquisas de Ercília A. Lemes (2016) e Letícia B. Oliveira (2011), que destacam a ação do Mobral no campo.

Segundo Rejane Klein (2000), o Movimento foi construído numa perspectiva tecnicista, que se traduziu, metodologicamente, em uma escolarização acelerada e funcional. A representação do sujeito analfabeto se dava sob a forma de um recipiente pronto a receber informações e apto a ser treinado num curto espaço de tempo. Ana C. Pederiva (2015, p. 154) registrou que a formação do trabalhador posta pelo Mobral se destinava a controlar corpos e



mentes, que “[...] devidamente moralizadas não representariam ameaça nem questionariam a ordem ditatorial”.

Nesse sentido, a ideia de formação propagada pelo Mobral, para Pederiva (2015, p.155), visava a educação da moral, pautada no amor ao civismo e à pátria, constituindo “[...] um grande respaldo para se firmar enquanto discurso de verdade. A doutrina católica e o moralismo difundido pelas instituições de poder inculcavam princípios de obediência e de aceitação”. De base católica, os valores cristãos, se constituíam como mais um elemento de sustentação do projeto educacional *mobralense*, termo que aparece, nas palavras de Corrêa (1979), para cunhar suposta grandeza ao Mobral, em sintonia com uma nova nação, na qual os mobralenses eram produtos desse projeto.

De acordo com a propaganda da Revista Veja (1970)³, o projeto do Mobral era ousado, pois em um país com dezoito milhões de analfabetos⁴, pretendia alfabetizar sete milhões de pessoas em três anos, atendendo tanto a população dos meios urbanos, quanto rurais. Luciana K. de S. Gomes (2012) apresentou o Mobral como um projeto educacional de impacto, que se destacou por promover a inclusão através da escolarização. A proposta era ousada por oferecer o que equivalia a quatro anos das séries iniciais em um programa de seis meses com pouco mais de duas horas por dia. Em termos de recursos, Corrêa (1979) afirmou que, este já estava definido antes da aprovação da lei de criação e do lançamento da campanha. Segundo Cunha e Góes (1991, p. 59):

Dinheiro para o Mobral não faltou, pois a Loteria Esportiva e os incentivos fiscais foram boas fontes de receita. Recursos humanos também, pois milhares e milhares de pessoas ofereceram-se como voluntários para alfabetizar os adultos, mesmo sem remuneração. Apoio institucional, o Mobral também teve abundante em todo o País, em todos os horários.

³ Revista Veja, São Paulo: Editora Abril Edições nº109, 07/10/1970; e nº 110 – 14/11/1970

⁴ IBGE Censo Demográfico 1970.



Corrêa (1979) justificou que a manutenção da proposta demandava muito recurso, pois o Mobral era excessivamente grande, justificando, dessa maneira, a necessidade de mais verbas, pois, após os primeiros anos, o projeto sofreu amplos cortes que impactaram seus resultados. Sobre os possíveis impactos de resultados, Paiva (2003) destacou que alunos do Mobral eram alfabetizados de modo precário e, após cursos rápidos, as técnicas aprendidas caíam em desuso e regrediam rapidamente à condição de analfabetismo, seja por esquecerem o que aprenderam, seja pela pouca oportunidade de fazer uso dos conhecimentos obtidos após o término do curso. Leni R. Coelho (2007, p. 127) ressaltou as contradições notadas:

Diante da análise dos documentos, percebeu-se que há uma divergência entre o discurso oficial do MOBRAL e suas ações em termos práticos, já que não foi possível identificar ações em que o MOBRAL tivesse de fato levado seus alunos à qualificação de mão de obra, bem como à melhoria da qualidade de vida. Verificou-se também que os alunos do MOBRAL eram sujeitos simples e humildes e que não tinham perspectivas quanto à melhoria da qualidade de vida, o que vem comprovar a sua ineficiência no que tange aos objetivos preestabelecidos.

Segundo Coelho (2007), o discurso de melhoria das condições de vida provinha da base governista ditatorial. O Mobral seria um remédio que elevaria culturalmente e educacionalmente a população trabalhadora brasileira, que aparentava desejo de se inserir na cultura letrada, por isso se lhe impunha um anseio de mudança e crescimento.

Por fim, Thalita Di B. C. Monteiro (2014, p. 117) destacou que a forma de execução do Mobral possibilitava discutir adequações, porém, ao vislumbrar esse projeto como fruto de seu contexto histórico, inserido num ambiente político autoritário, pode-se perceber que seu maior objetivo era “[...] o controle de uma sociedade em polvorosa com ações orquestradas para um levante revolucionário, com preceitos de ‘esquerda’”.

Nas palavras de Corrêa (1979 p. 50), articuladas sob o ímpeto de promover o controle social e tecer críticas ao projeto freiriano, o Mobral era um programa livre de dogmas, suas cartilhas não continham lições pautadas no ódio que incitavam a luta de classe:



O Mobral adotou um programa “**evolucionário**”, aberto, participativo, **livre de dogmas e mitos**. Quando ouvimos falar dos **chavões do comunismo** internacional, da sua chamada “**educação libertadora**”, da sua “**pedagogia dos oprimidos**”, ocorre-nos que tudo isso começa com a grande contradição de que o ser humano é chamado a figurar dentro de um esquema que tem um **objetivo previamente determinado**, sobre o qual esse homem não influirá de modo algum.

Evidencia-se, nesse discurso, de forma reveladora, críticas contundentes à proposta educacional de alfabetização de Paulo Freire, acusando incômodo e o não esquecimento da ação popular. Ao fazer trocadilho das expressões “**revolucionário**” sobrepondo a “**evolucionário**”, evidencia-se a diferença da primeira, que objetiva renovar modelos estabelecidos, com a segunda, de mudança gradual em um longo período, robustecendo a ideia biológica comparando-o a organismos unicelulares em desenvolvimento.

Ao citar as obras de Freire, nomeando-as de **chavões do comunismo internacional**, o autor recorreu, novamente, ao perigo do comunismo. Na educação, o mote de espantar essa ameaça de forma irônica justificava até a importação de merenda escolar dos Estados Unidos da América. Vale ressaltar a afirmação contundente que o Mobral, diferente do projeto freiriano, propunha uma educação não dirigida, não estigmatizada, sem objetivo previamente determinado, contradizendo seu teor determinista e o surgimento da proposta em gabinete militar.

Corrêa (1979) corroborou com o projeto de Estado autoritário e dedicou uma vida para rechaçar as condenações direcionadas ao Mobral, e a maioria delas se opunha à educação popular. Como exemplo para ilustrar suas defesas, Corrêa (1979) salientou que o trabalho de monitores do Movimento se diferenciava da ação de movimentos estudantis universitários que, ao invés de educar para a alfabetização, incitavam as pessoas à subversão. Sobre a crítica de que a alfabetização de crianças não poderia fazer parte do projeto, alegava incoerência ao culpar um programa que transpunha seus limites e fazia mais do que propunha.



Essa defesa associava-se ao sério problema de conter a evasão de crianças e adolescentes pobres do sistema formal de ensino que, diante da pobreza, abandonavam a escola para trabalhar com suas famílias. Diminuir a idade de atendimento do Mobral, de quatorze para oito anos, segundo seus idealizadores, combateria o analfabetismo direto da fonte, atendendo um público que mais tarde faria parte do projeto. Na insistente tentativa do discurso que propagava o sentimento de pertencimento, de união, de patriotismo, de nacionalismo na população, para assumir a tarefa que cabia ao Estado, Pederiva (2015, p. 137) ponderou:

Os discursos patrióticos foram proferidos e disseminados no período ditatorial brasileiro por importantes instituições políticas: o exército, a escola, a Igreja e a mídia. A produção de uma cultura nacional, realizada pelas instituições citadas, baseia-se na construção de uma identidade para a pátria brasileira e no desenvolvimento de um sentimento de união. Pertencer a uma nação requer que o indivíduo, apesar de sua autonomia, identifique-se como parte integrante de um grupo: a nação, e que ele a reconheça como sua pátria.

O nacionalismo patriótico objetivava não somente acalmar os ânimos impostos pela censura, era, antes de tudo, a construção forjada de uma identidade nacional no culto à bandeira, no compromisso com a nação, a unidade nacional, para assim, combater quaisquer movimentos contrários à manutenção da ditadura militar.

Enquanto o representante do Mobral enfrentava, com rigor, as repreensões de oposição ao Movimento, outros representantes do golpe seguiam praticando censura, prisões, tortura, repressão, assassinato, desaparecimento, perseguição, ameaças etc. No campo educacional, não era segredo o caráter ostensivo e abusivo do poder: invadiam-se campus universitários, ministravam-se demissões e aposentadorias compulsórias de docentes da oposição, compravam-se e impunham-se materiais didáticos de modelos harmônicos importados, investiam-se verbas volumosas em propagandas sobre a “revolução de 1964”, financiavam-se iniciativas privadas consideradas “parceiras”, impunham-se modelos de civismo e patriotismo como prova de amor ao país, como expressava a frase imputada nos cadernos distribuídos nas redes públicas com o chavão “Brasil, ame ou deixe-o.”



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever e problematizar o sentido da história da educação no período da ditadura militar no Brasil é um exercício indispensável, trata-se de um movimento de compromisso com a memória e com a história, pois evocar o passado, analisando sob a luz do conhecimento, é alertar sobre o perigo do esquecimento na constituição do saber histórico. O passado, investigado e problematizado, é relevante para compreendermos historicamente nossas identidades, práticas, concepções e assegurar a continuidade de aprendizagens.

A escrita sobre um tempo de repressão é necessária, sobretudo, para combater o esquecimento, o desconhecimento e enfrentar com argumentos, grupos que tentam minimizar ou consolidar práticas de ataques ao processo democrático. No recorte da história da educação é possível desvelar o quanto o Estado militar atuou para agredir e impedir qualquer tipo de política educacional que garantisse o direito ao conhecimento plural e democrático. Não foi coincidência, os militares centrarem força física e burocrática em distintas instituições, pessoas, projetos, movimentos, entre outros que atuavam pela educação como direito social.

O quadro elaborado permite atestar que as políticas públicas impostas pelo Estado militar danificou, de forma manifesta, a educação em todas as modalidades. A criação do Mobral, estava inserida no contexto do Estado de exceção, caracterizado pela censura, autoritarismo e imposição de um ensino que priorizava, não o conhecimento, mas sim a legitimação do golpe e das ações militares em nome de uma suposta segurança nacional.

O mote de afastar o comunismo justificou inúmeras violências. No contexto educacional, evidenciou-se, dentre outras, a formação aligeirada, cara, de mão de obra para atender o modelo econômico militar e a imposição de uma educação ideológica baseada em padrões de comportamento disciplinados, cívico-militar e o culto nacional a um Estado que pregava e atuava, sob o escudo da repressão e do controle. Sob uma suposta legalidade, distintas



reformas, atos, programas e outras ações, inseriram regras e comportamentos, inquirindo silenciar a população diante das atrocidades do Estado.

Ainda que não tenhamos tido espaço para trazer ao debate as formas de resistências de segmentos da educação, é vital registrar que no silenciamento imposto, as reações de não submissão se fizeram presentes. O conhecimento produzido contribuiu para enfrentamentos às forças armadas aliadas a grupos empresariais, igrejas e outras forças conservadoras no sentido de defesa da democracia. Muito se enfrentou, ainda que as oposições tenham custado caro para estudantes, docentes e todo sistema que lutou pela educação justa e pública.

Ao aproximarmos as vistas da vida, com as lentes da história, a um passado não tão distante, tendo como conjuntura os retrocessos construídos, sobretudo, nas duas últimas décadas, não há como escrever um texto sobre a educação na ditadura militar e ficar indiferente às manifestações e movimentos antidemocráticos, provindos da presidência do Brasil (2019-2022) e grupos aliados, que ainda assombam a frágil democracia. As seis décadas que separam a deflagração do golpe militar e um período infausto de tirania, apesar do silêncio que ainda persiste sobre o tema, parecem não garantir ações de repúdio e de análise crítica deste período.

Afirmações públicas de um ex-presidente da nação, autointitulado de capitão do exército, que afirmou sobre sua missão de matar, traz à tona o que ainda não foi resolvido na história do país. Sem escrúpulos, ignorando a história, grupos brancos da elite, esbravejam espalhando notícias falsas, não só com o consentimento do Estado, mas com a prática, deliberadamente oficial, de fazer afirmações de que não houve ditadura no Brasil, ameaças pedindo intervenção militar e a volta da ditadura; de investir no armamento da população; dar recados para a esquerda não radicalizar, pois a resposta poderia ser via um novo AI-5; de intimidações de exumar o uso da Lei de Segurança Nacional; de homenagem a torturadores, de fazer afirmação de que o erro da ditadura foi torturar e não matar; de ironizar a história de desaparecimentos e mortes de quem lutou pela democracia.



A Constituição Federal de 1988, que marcou o fim do Estado ditatorial, registrou princípios de avanços sobre a liberdade de aprendizagem, de ensino, de pesquisa, de pensamento, de ações que contemplam concepções pedagógicas plurais, ao contrário do que a ditadura preconizava, que era a homogeneização do saber recortado para atender os interesses das forças armadas. Contraditoriamente, com os avanços dos direitos, a atualização de pautas que pareciam em desuso é crescente e preocupante.

As investidas do conservadorismo na educação brasileira somam ações que pareciam não passíveis de retrocessos e exemplos não faltam: alardes conservadores sobre educação sexual no currículo escolar; práticas preconceituosas em editais do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD); clamor pela volta de disciplinas conservadoras; desrespeito às eleições democráticas nas universidades; apologia ao cristianismo no interior de instituições públicas; interferência da Escola sem Partido no Plano Nacional de Educação (PNE); assédio, perseguição e censura armadas para profissionais da educação; propostas religiosas ultraconservadoras como o *homeschooling* que atacam o papel formador da escola; editais genéricos que não asseguram a pluralidade de ensino; projetos de lei que vetam abordagens de questões de gênero e sexualidade; avanço de escolas militarizadas, cívico-militares com pedagogia e disciplina de quartel e muitas outras ações que compõem uma extensa e perigosa agenda conservadora na educação⁵.

Diante disso, o papel da educação em distintas modalidades é o de assegurar o direito ao conhecimento autônomo, plural, democrático, com vistas a garantir os direitos humanos e a construção de uma sociedade humanizada. Este é o nosso desafio. É viável e necessário, pois o direito à educação é um princípio inegociável, direito que inclui qualidade, liberdade, acesso

⁵ Sobre esta perspectiva, por não ser possível problematizar melhor, sobretudo por serem considerações finais, indicamos a obra de ARAÚJO, Valdei Lopes de; KLEM, Bruna Stutz; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *Do Fake ao Fato: (des)atualizando Bolsonaro*. Vitória: Milfontes, 2020.

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1, p. 1-27, e-rte331202463, 2024.



aos bens culturais. De forma que nos posicionemos criticamente em relação à história, ao passado e nos mantenhamos vigilantes às ordens que atentam contra a dignidade e o direito ao conhecimento irrestrito. A produção de conhecimento, em formato de um artigo, é insurgente no aspecto de permitir desvelar um período repressivo que durou um tempo que escapa além do tempo cronológico. É nosso dever escrever e democratizar a história, que não deve se repetir.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Valdei Lopes de; KLEM, Bruna Stutz; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **Do Fake ao Fato: (des)atualizando Bolsonaro**. Vitória: Milfontes, 2020

ARCE, Alessandra. O MOBRAL e a educação de crianças menores de seis anos durante o regime militar: em defesa do trabalho voluntário! **Cadernos CEDES**, v. 28, n. 76, p. 379–403, set. 2008.

BRASIL. 1967a. **Lei nº 5.379** de 15 de dezembro de 1967. Lei de criação do Mobral. Brasília, DF.

_____. 1967b. **Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada**. Anexo da Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967. Lei de criação do Mobral. Brasília, DF.

_____. Fundação Movimento brasileiro de alfabetização. **Alfabetização: um projeto Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1972.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Mobral: sua origem e evolução**. Rio de Janeiro, 1973.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº. 9394/1996, 20 de dezembro 1996. Brasília, DF.

BRIGAGÃO, Clóvis. **A militarização da sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CARRANO, Paulo. Entrevista por Julia Neves. “Toda ditadura quer controlar o campo educacional, porque é nele que há liberdade para pensar e construir novos caminhos para a sociedade”. 2018. **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – EPSJV/Fiocruz**.

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1, p. 1-27, e-rte331202463, 2024.



DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2024v33n1.70702

Danielly Cardoso da Silva e Diane Valdez
História da educação na ditadura militar (1964-1985): o projeto do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)

Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/toda-ditadura-quer-controlar-o-campo-educacional-porque-e-nele-que-ha-liberdade>. Acesso em 26 jun. 2024.

COELHO, Leni Rodrigues. **Educação de Jovens e Adultos**: as ações do MOBRAL no município de Patos de Minas-MG (1970-1980). 2000. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2007.

CORREIA, Arlindo Lopes. **Educação de massa e ação comunitária**. Rio de Janeiro: AGGS/MOBRAL. 1979.

CUNHA, Luiz Antonio; GÓES, de Moacir. **O Golpe na Educação**. 7ª Edição. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro. 1991.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 9.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O contexto sócio-político brasileiro e a educação nas décadas de 70/90. **Contexto & Educação**. UNIJUI, ano 6, nº 24, p.43- 57, out/dez 1991.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil**. 5 ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

GOMES, Luciana Kellen de Souza. **Memórias de professoras alfabetizadoras do MOBRAL em Fortaleza**. 2012. 111f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2012.

HISTEDBR. MEC-USAID. **Navegando na história da educação brasileira**. Glossário. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegandoglossario/verb_c_mecusaid%20.htm. Acesso em: 24 jun. 2013.

IBGE. **Censo Demográfico 1970**. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=4&op=0&vcodigo=CD101&t=taxa-analfabetismo-pessoas-15-anos-mais>. Acesso 03 set. 2018.

KLEIN, Rejane. **Os discursos da alfabetização de adultos e as representações do sujeito analfabeto**. 2000. 200f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC. 2000.

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1, p. 1-27, e-rte331202463, 2024.



LEMES, Ercília Alves. **Educação do campo e direitos humanos: uma proposta contra - hegemonia para os sujeitos do Campo.** 2016. 196f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos). Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2016.

LIBÂNIO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educ. Pesquisa.** São Paulo, v. 38, n. 01, p. 13-28, abr. 2012.

MARTINS, Maria do Carmo. Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar brasileira e as formas duvidosas de esquecer. **Educar em revista.** Curitiba, PR: UFPR/Pró-reitora de Extensão e Cultura/ Setor de Educação, 2014. n. 51 (jan./mar., 2014), p. 37-50.

MONTEIRO, Thalita Di Bella Costa. **O movimento brasileiro de alfabetização no cenário santista da educação de jovens e adultos -1970-1984.** 2014. 158f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Mestrado em Educação, Universidade Católica de Santos. Santos, 2014.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e a modernização autoritária.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro.** São Paulo: Editora Contexto, 2016.

OLIVEIRA, Letícia Borges de. **Educação no campo: Mobral no meio rural de Uberlândia/MG (1970-1985).** 2011. 150f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil: Educação Popular e Educação de Adultos.** São Paulo: Loyola, 2003.

PEDERIVA, Ana Cristina. **O MOBRAL faz mais do que ensinar a ler e a escrever: manifestações biopolíticas para o controle de adultos analfabetos em Varginha-MG (1970-1985).** 2015. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Departamento de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação. Universidade Federal de São João Del-Rei. São João Del-Rei, 2015.

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1, p. 1-27, e-rte331202463, 2024.



DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2024v33n1.70702

Danielly Cardoso da Silva e Diane Valdez
História da educação na ditadura militar (1964-1985): o projeto do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)

PESSANHA, Eurize Caldas. ASSIS, Wanderlice da Silva.; SILVA, Stella Sanches de Oliveira. História do ensino secundário no Brasil: o caminho para as fontes. **Roteiro**, [S. l.], v. 42, n. 2, p. 311–330, 2017. DOI: 10.18593/r. v42i2.12251.

REVISTA VEJA. São Paulo: Editora Abril, nº 209, 06/09/1972.

_____. São Paulo: Editora Abril, nº109, 07/10/1970.

_____. São Paulo: Editora Abril, nº 110, 14/11/1970.

SILVA, Danielly Cardoso. **Você deveria ter vergonha de viver num país com tantos analfabetos**: a campanha publicitária do Mobral na Revista Veja (1970-1975). 2019. 139 f. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2019.

VÓVIO, Cláudia Lemos. **Glossário Ceale**: termos de Alfabetização, Leitura e Escrita para educadores. FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; VAL, Maria da Graça; BRAGUNCI, Maria das Graças de Castro. Belo Horizonte, 2014. Faculdade de Educação da UFMG. 2014. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/>. Acesso em: 27 jun. 2024.

SOBRE A AUTORIA:

[*] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade de Goiás. <https://orcid.org/0000-0002-2401-1025>. E-mail: danielly_cardoso@ufg.br.

[**] Doutora em Educação. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás e do Programa de Pós-Graduação em Educação. <https://orcid.org/0000-0001-6721-3789>. E-mail: divaldez@ufg.br.

Submetido em: junho de 2024.

Aprovado em: outubro de 2024.

Publicado em: novembro de 2024.

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1, p. 1-27, e-rte331202463, 2024.